



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT

CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT
3ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 25ª (VIGÉSIMA QUINTA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA 3ª
CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de outubro do ano 2020 (dois mil e vinte), às 13h 30min. (treze horas e trinta minutos), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do Regulamento Interno do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará (CRT-CE), e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 25ª (vigésima quinta) Sessão Ordinária Virtual da 3ª Câmara de Julgamento do CRT-CE, sob a Presidência do Dr. Francisco Wellington Ávila Pereira. Presentes à Sessão os Conselheiros Alexandre Mendes de Sousa, Felipe Augusto Araújo Muniz, Mikael Pinheiro de Oliveira, Lúcio Flávio Alves, Ricardo Ferreira Valente Filho e Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto. Também presente, o Representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge. Iniciada a sessão, o Sr. Presidente indagou aos Conselheiros se estes receberam as resoluções enviadas pela Secretária para apreciação e, se há necessidade de correção. Não havendo nenhuma observação por parte dos conselheiros, as resoluções referentes aos seguintes processos: nº 1/3844/2018, 1/5262/2017, 1/1755/2018 – Cons. Lúcio Flávio Alves; 1/571/2017, 1/1596/2018, 1/1336/2018 – Cons. Felipe Augusto Araújo Muniz, 1/0018/2018, 1/3599/2010 – Cons. Ricardo Ferreira Valente Filho; 1/4453/2016, 1/4123/2018, 1/1063/2013 – José Diego Martins Oliveira e Silva, foram aprovadas. Foi lida e aprovada a ata da 24ª Sessão Ordinária Virtual. **Passando-se à ORDEM DIA, foram anunciados os seguintes processos: Processo de Recurso Nº 1/2760/2018 – Auto de Infração nº 1/201800598. RECORRENTE: BECHARA SULEIMAN E CIA LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATORA: Conselheira TERESA HELENA CARVALHO REBOUÇAS PORTO. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, quanto à preliminar de nulidade do AI, alegada pela parte, por impedimento do agente designante da ação fiscal, que autorizou o Mandado de Ação Fiscal (MAF) nº 2017.07316 em 28/07/2018 – a nomeação se deu em 11/07/2017 e a publicação da Portaria nº 276/2017, ocorreu em 31/07/2017. Os Conselheiros Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto (relatora), Alexandre Mendes de Sousa e Lúcio Flávio Alves, afastaram a nulidade nos termos do art. 821, § 5º, inciso I, do Decreto nº 24.569/97 (RICMS), observando também que a Portaria nº 276/2017 consta o período (25/07/2017 a 11/08/2017) em que o servidor exercerá a função de Orientador da CESEC. Os Conselheiros Felipe Augusto Araújo Muniz, Mikael Pinheiro de Oliveira e Ricardo Ferreira Valente Filho, votaram por acolher o pleito da autuada sob o entendimento do Parecer da Assessoria Processual Tributária, que entendeu que “os efeitos decorrentes de expedição de Portaria só começam

efetivamente a serem produzidos a partir da publicação e não da data em que é assinada ou expedida, salvo se assim dispuser em seu bojo, o que não é o caso”. Verificado empate na votação, o Sr. Presidente, observando o disposto no art. 53, parágrafo 4º do Regimento Interno do CRT (Portaria nº 145/2017), reteve o processo para proferir “a posteriori” por escrito o **voto de desempate**. O representante da Procuradoria Geral do Estado, se manifestou pelo não reconhecimento da alegação da recorrente. Estiveram presentes, para proceder sustentação oral das razões do recurso os representantes legais da recorrente, Dr. Daniel Landim e Dr. Lucas Pinheiro. **Processo de Recurso Nº 1/3082/2017 – Auto de Infração nº 1/201702031. RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RECORRIDO: CEQUIP IMPORTAÇÃO E COMERCIO LTDA. RELATOR: Conselheiro ALEXANDRE MENDES DE SOUSA. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Reexame necessário interposto, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão de **NULIDADE** por extrapolação do prazo para conclusão da Ação Fiscal, exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator, de acordo com o que dispõe o Parecer da Assessoria Processual tributária e, em conformidade com a manifestação oral do representante da procuradoria Geral do Estado. O representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira, defendeu que fosse consignado na Resolução que o Processo deva ser enviado para Corregedoria da SEFAZ para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 94 da Lei nº 12.670/96, uma vez que o processo foi julgado nulo. **Processo de Recurso Nº 1/1633/2018 – Auto de Infração nº 1/201712367. RECORRENTE: ELETRO SHOPPING CASA AMARELA LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro FELIPE AUGUSTO ARAÚJO MUNIZ. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, em relação às preliminares de nulidade suscitadas no recurso ordinário, sob as seguintes alegações: **1. Quebra de sigilo financeiro da empresa** – afastada por unanimidade, uma vez que há previsão legal, no art. 82 – A da Lei nº 12.670/96, que obriga as Administradoras de cartões de crédito ou débito a fornecerem à Secretaria da Fazenda do Estado informações as operações realizadas pelos estabelecimentos de contribuintes; **2- Em referência a alegação recursal de nulidade da decisão singular**, em razão desta ter supostamente se omitido no tocante à ilegalidade da base de cálculo, resolvem afastá-la por unanimidade de votos, por não vislumbrarem tal vício na decisão recorrida. **No mérito**, a 3ª Câmara resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão **CONDENATÓRIA** exarada na instância singular, do auto de infração. Decisão nos termos do voto do Conselheiro relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e em conformidade com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso Nº 1/6348/2018 – Auto de Infração nº 1/201815387. RECORRENTE: RN COMERCIO VAREJISTA S.A. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro LÚCIO FLÁVIO ALVES. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1- Quanto a questão suscitada pela parte de inconstitucionalidade do Diferencial de Alíquotas – DIFAL** – Afastada por unanimidade, sob o entendimento de que cabe ao Poder Judiciário declarar constitucionalidade ou ilegalidade ou não da matéria. **2) O Recurso não foi conhecido na parte referente à alegação de que a penalidade aplicada possui caráter confiscatório, ferindo princípio estabelecido na Constituição Federal. No mérito**, por unanimidade de votos, a 3ª Câmara resolve, negar provimento ao Recurso Ordinário e, confirmar a decisão **CONDENATÓRIA** de 1ª instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e, em conformidade com a

manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 27 (vinte e sete) de outubro do corrente ano, às 13h30min. (treze horas e trinta minutos). E para constar, eu, Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge, Secretária da 3ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco Wellington Ávila Pereira
PRESIDENTE DA 3ª CÂMARA

Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge
SECRETÁRIA DA 3ª CÂMARA